



INFORME ANUAL
2012

2012

**Informe
Anual**





Sumário

Carta do Presidente e do Vice-Presidente da Gas Natural Fenosa em São Paulo	4
Carta do Diretor-Geral da Gas Natural Fenosa em São Paulo	5
Comitê de Direção	6
Comitê de Gestão	7
1. Cenários Macroeconômico e Energético	8
2. Gas Natural Fenosa – multinacional líder no setor de gás e eletricidade	10
3. Presença em 25 países no mundo	11
4. Gas Natural Fenosa no Brasil: 870 mil clientes e R\$ 4,4 bilhões de investimentos	12
5. Evolução das Atividades da Gas Natural Fenosa em São Paulo	14
6. Atividade Comercial	15
7. Serviço a Clientes	17
8. Atividade Técnica	18
9. Sumário Financeiro	20
10. Remuneração aos Acionistas	21
11. Financiamentos	22
12. Acionistas	23
13. Panorama Tributário	24
14. Responsabilidade Social Corporativa	25
15. Relacionamento com a Sociedade	28
16. Demonstrações Financeiras	35

Carta do Presidente e do Vice-Presidente da Gas Natural Fenosa em São Paulo



Bruno Armbrust
Presidente
Gas Natural Fenosa Brasil



Antoni Almela
Country Manager
Grupo Gas Natural Fenosa

O Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil apresentou importantes resultados no ano de 2012. A Companhia atingiu um total de 870 mil clientes e conta com uma rede de mais de 6 mil km de extensão. As empresas Ceg, Ceg Rio e Gas Natural Fenosa em São Paulo estão hoje presentes em 68 municípios.

A Gas Natural Fenosa conquistou 10 prêmios no Brasil, entre eles o Prêmio Petrobras de Reconhecimento às Distribuidoras de Gás Natural – Top Gás 2012, com o *case* da “Campanha VIP”, na categoria Relacionamento com Clientes.

Os investimentos realizados chegaram a R\$ 206,5 milhões no ano, tanto para a distribuição de gás, quanto na venda de equipamentos e prestação de serviços, totalizando um investimento de R\$ 4,4 bilhões em todo país, desde 1997.

Em 2012, novas cidades começaram a utilizar o gás natural. No Rio, a empresa iniciou o abastecimento em Teresópolis, Iguaba Grande, Itaipava, Paty do Alferes e Rio Bonito. Em São Paulo, a empresa concluiu as obras da estação de descompressão que possibilitou o abastecimento da cidade de Itapetininga, em 2013, por meio do sistema de GNC (gás natural comprimido).

Na área de negócios não regulados, a Gas Natural Serviços implantou o serviço de venda e instalação de aquecedores a gás, comercializando mais de 13 mil aparelhos, em 2012. A empresa também fechou 21 contratos de soluções energéticas.

Dentre as atividades internas, a Companhia prosseguiu com os investimentos em qualidade e melhoria dos processos, programas de capacitação, reconhecimento, incentivo e qualidade de vida dos colaboradores. Seguindo os parâmetros de responsabilidade social, a empresa realizou projetos sociais, educativos, culturais e ambientais.

E depois de um ano cheio de realizações, continuamos tendo a certeza de que o Grupo está preparado para os desafios de 2013, estando no caminho certo para a conquista de colocações cada vez mais expressivas no mercado de gás natural no país.

Agradecemos o empenho de toda a equipe e também aos governos municipais e estaduais pelas parcerias e suporte ao longo do ano.

Muito obrigado.

Carta do Diretor-Geral



Armando Martins Laudorio
Diretor-Geral da Gas Natural Fenosa em São Paulo

Prezados senhores,

A Gas Natural Fenosa em São Paulo seguiu trabalhando incessantemente também em 2012 para firmar-se entre as grandes empresas do setor.

No XII Prêmio ABT (Associação Brasileira de Telesserviços) conquistou Prata em Gestão da Qualidade (Empresas), com o *case* "Atendimento com Excelência da Gas Natural Fenosa em São Paulo". Além disso, o Índice Global de Satisfação de Clientes conquistou nota acima de 9, uma marca excelente, que demonstra a confiabilidade e a lealdade do usuário, além da imagem positiva da empresa.

A Companhia, que é a terceira maior distribuidora do país em número de clientes e em infraestrutura de distribuição, encerrou o ano de 2012 com mais de 38 mil usuários e 1,3 mil km de redes. Seu EBITDA cresceu 3,65%, na comparação com 2011.

Na área industrial, a empresa iniciou o abastecimento para a indústria italiana Arvedi Metalfer do Brasil, produtora de tubos para o segmento automobilístico, na cidade de Salto (SP), e concluiu as obras da estação de descompressão integrante do sistema de GNC (gás natural comprimido), que antecipou a distribuição do gás natural em Itapetininga (SP), em 2013.

Atenta à sua função de concessionária estadual do serviço público essencial de distribuição de gás natural canalizado, a Gas Natural Fenosa em São Paulo deu continuidade, em 2012, ao programa institucional "Café da Manhã com as Prefeituras", um amplo projeto de relacionamento com o Executivo e o Legislativo dos municípios abastecidos. A ação obteve sucesso em mais um ano, consolidando a imagem da empresa e encurtando caminhos para novos projetos.

Em paralelo a isso, a Companhia seguiu dando ênfase à valorização de seus colaboradores, oferecendo grandes oportunidades de crescimento profissional e capacitação. A comunicação interna também teve destaque, com o objetivo primordial de garantir um ambiente saudável de trabalho e a união da equipe.

Em linha com os valores da Gas Natural Fenosa em todo o mundo, a Companhia inaugurou oficialmente, em novembro de 2012, o novo auditório do GPACI (Grupo de pesquisa e assistência ao câncer infantil), completamente renovado e modernizado, com capacidade para 60 pessoas. O hospital usará o espaço para eventos na área de saúde, formação interna e reuniões.

Após mais um ano se destacando entre as grandes empresas do país, a Gas Natural Fenosa em São Paulo agradece, mais uma vez, a todos que contribuíram para esse resultado: acionistas, investidores, colaboradores, clientes, parceiros, governos municipal e estadual e à agência reguladora ARSESP.

Muito obrigado.

Comitê de Direção

Bruno Armbrust

Presidente

Antoni Almela Casanova

Vice-presidente

Armando Martins Laudorio

Diretor-Geral

Jorge Henrique da Silva Baeta

Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Jose Maria Margalef Badenas

Diretor Técnico

Comitê de Gestão

Claudia Henrique Provasi

Serviços Jurídicos e Assuntos Regulatórios

Daniela Helena Napolitano

Serviços a Clientes

Fernanda Burattini

Comunicação

Jairo Xavier Caires

Gerência Comercial

José Nascimento Júnior

Serviços Técnicos

Nelson Alves de Souza Júnior

Estudos e Tarifas

Paula Cristina Bueno Aguilera

Assistente da Diretoria

1

Cenários Macroeconômico e Energético

Devido à crise mundial, o desempenho econômico no ano 2012 não conseguiu cumprir com as expectativas, tanto do Governo, quanto do setor privado. A atividade industrial foi reduzida em 2,7%, o que teve um impacto direto na economia, encerrando o ano com baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que ficou em 0,9%.

Mas graças à política de ajuste implantada, a inflação acumulada em 2012 comportou-se positivamente, passando de 6,5%, em 2011, para 5,84%. Essa desaceleração da economia e menor inflação permitiram que o Banco Central reduzisse substancialmente a taxa de juros, chegando a 7,25%, ao ano, ao final de 2012, fato que tornou-se um dos destaques econômicos do ano.

Merece também destaque a trajetória da taxa de câmbio no período, quando o governo conseguiu depreciar moderadamente a moeda local frente ao dólar. O Real iniciou o ano bastante valorizado, sendo apontado como um dos grandes responsáveis pela perda de competitividade da indústria nacional. Ao longo do ano, em especial a partir da segunda metade, esta tendência se reverteu, com um processo de depreciação da moeda local frente ao dólar, até alcançar o nível desejado pelo governo. Desde então, o Banco Central passou a realizar intervenções no mercado de forma a mantê-lo em torno dos R\$ 2,00, parecendo ser este o novo patamar buscado no curto prazo.

Outro indicador a se considerar na análise do cenário de 2012 é o setor de energia elétrica, que passou por mudanças importantes. O fato a se destacar foi a decisão do governo sobre as condições de prorrogação antecipada das concessões de geração e transmissão, que vencerão em 2015, com redução das tarifas elétricas.

O consumo de energia elétrica apresentou um crescimento moderado de 3,5% no período de janeiro a dezembro de 2012, situando-se em 448,3 TWh. Grande parcela da expansão verificada no período foi liderada pelos setores comercial e residencial que tiveram, respectivamente, elevações de 7,9% e 5% em relação ao igual período em 2011. Já o acumulado do consumo energético do setor industrial ficou estável, quando comparado a 2011, reflexo do baixo nível de atividade do setor.

O nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas (UHEs) em 2012 manteve-se bem abaixo do observado em 2011. Em decorrência das baixas vazões hidrológicas, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que determina o valor da comercialização da energia no mercado livre, alcançou altos níveis em 2012, passando dos R\$ 500/MWh, o maior patamar desde 2008, com o registro de R\$ 569,59/MW.

Por outro lado, derivado da baixa demanda de energia por parte das concessionárias de distribuição, os leilões A-3 e A-5 foram constantemente remarcados. Assim, em 2012, foi apenas realizado o Leilão A-5 de 14 de dezembro, sendo contratados doze projetos de geração, sendo duas hidrelétricas e dez eólicas, somando capacidade instalada de 574,3 MW dos 14.181 MW habilitados. O preço médio final alcançou R\$ 91,25/MWh – um deságio médio de 18,53% em relação ao preço inicial.

Em 2012, o mercado de gás natural no Brasil foi impactado pela a demanda destinada à produção termoelétrica, que apresentou crescimento significativo devido ao baixo nível dos reservatórios das hidroelétricas, sendo suprida, sobretudo, com importação via GNL.

De janeiro a novembro de 2012, o consumo médio brasileiro de gás natural atingiu 92,8 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia), registrando crescimento de 4% sobre o consumo do mesmo período do ano anterior. O volume médio comercializado pelas distribuidoras de gás natural e concessionárias existentes no País foi de 56,3 milhões de m³/d, volume 13,5% maior do que nos onze primeiros meses de 2011. Dos 36,3 milhões de m³/dia restantes, 17,4 milhões de m³/dia foram consumidos diretamente pelo produtor em refinarias, fábricas de fertilizantes nitrogenados (FAFENs) e termoelétricas e, o restante, consumido na produção, processamento e transporte de gás.

O preço médio do gás natural da Região Sudeste fechou, em dezembro de 2012, a US\$ 12,34/MMBTU, valor superior ao mesmo período de 2011, que foi de US\$ 11,87/MMBTU, representando uma variação de 4%, com taxa média de crescimento de 0,33% ao mês. Já o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub – preço que não inclui impostos, transporte, nem margem do distribuidor – fechou, em novembro de 2012, a US\$ 3,42/MMBTU, valor inferior à média de 2011 (US\$ 4,00 MMBTU).

A produção nacional média foi de 73 milhões de m³/dia até novembro de 2012. A oferta nacional média disponível ao mercado foi de 39,3 milhões de m³/dia, aumento de 16%, comparada com igual período do ano anterior, tendo o gás natural não associado sido determinante para suprir esse aumento. A oferta importada de gás natural atingiu os 34,4 milhões de m³/dia, havendo acréscimo de 25% em 2012, comparado com o mesmo período de 2011. Esse acréscimo deve-se ao elevado aumento da importação de GNL em 2012, crescimento de 498% comparado com os onze primeiros meses do ano anterior. Cabe ressaltar que, no Brasil, praticamente a metade da oferta de gás natural deriva da importação tanto de GNL quanto do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol).

Quanto à produção nacional média de petróleo, até outubro de 2012 foram registrados 2,15 milhões de barris por dia (b/d), uma queda de 1% em relação à produção média observada em 2011, de 2,17 milhão de b/d no mesmo período. Segundo dados da Petrobras, que representa cerca de 92% da produção média diária de petróleo no país, até outubro foi de 1,97 milhões de b/d, o que significa uma queda de 1,8% em relação ao período anterior.

A crise mundial, no entanto, não afetou em 2012 os preços internacionais do barril de petróleo, que se mantiveram historicamente em alta. O preço médio do petróleo tipo WTI no ano 2012 foi US\$ 94,1/barril, praticamente estável em relação ao verificado em 2011, de US\$ 94,9/barril. O Brent apresentou comportamento semelhante, sendo observado um preço médio de US\$ 111,6/barril, também em linha com o do ano anterior, de US\$ 111,2/barril. Desta forma, os preços médios do barril de petróleo estabilizaram-se nos níveis historicamente altos, que foram alcançados pelo energético no ano passado.

Apesar das dificuldades apresentadas em 2012 e a alta competitividade, o mercado de gás natural cresceu e a previsão para o próximo ano é de recuperação dos indicadores.

2

Gas Natural Fenosa – multinacional líder no setor de gás e eletricidade

A Gas Natural Fenosa, operadora da Ceg, Ceg Rio, Gas Natural SPS e Gas Natural Serviços, é uma multinacional líder no setor de gás e eletricidade, presente em 25 países e que conta com cerca de 20 milhões de clientes e 17,3 GW de potência elétrica instalada no mundo.

É a primeira distribuidora de gás da América Latina, líder em comercialização de gás natural na península Ibérica. Com uma frota de 11 navios metaneiros é um operador de referência de gás natural liquefeito (GNL) e gás natural na bacia do Atlântico e Mediterrâneo, onde opera 30 bcm., com uma plataforma de infraestrutura única.

Apesar da crise mundial que gerou um cenário mais exigente, a Gas Natural Fenosa melhorou seus resultados em 2012 graças ao equilíbrio do seu perfil de negócios, ao crescimento da sua atividade internacional e também graças à sua disciplina financeira.

A empresa teve em 2012 uma evolução muito superior à média das empresas similares. Seu Ebitda consolidado aumentou 9,4% e o lucro líquido cresceu 8,8%, com volume de negócios, até 31 de dezembro de 2012, passando de 24.904 milhões de euros, o que representa um aumento de 18,2% em relação ao ano anterior.

Em seu plano estratégico 2010-2014, a Gas Natural Fenosa estabelece duas fases diferenciadas: até 2012, a companhia esteve voltada para o fortalecimento do balanço, para a otimização na consecução de sinergias e para o crescimento orgânico. Na segunda fase, até 2014, estará centrada na realização de investimentos em função do entorno, para aproveitar as oportunidades nos mercados-chave. O plano prevê que a América Latina continue como um pilar dentro do grupo.

A Companhia tem posições bem complementares em mercados importantes como Espanha, México, Colômbia e Brasil, e ocupa posição atrativa na América Latina, com grande potencial de crescimento. É um dos maiores operadores mundiais de ciclos combinados, com 9.287 GW de potência. Tem ainda participações em três regaseificadoras e em duas usinas de liquefação.

Presença em 25 países no mundo

3

Na Espanha, a Gas Natural Fenosa distribui e comercializa gás e eletricidade e desenvolve atividades de geração elétrica, regaseificação e exploração. Na França, na Bélgica e em Luxemburgo realiza atividades de comercialização de gás; na Holanda comercializa energia e na Itália distribui e comercializa gás natural e desenvolve projetos de regaseificação. Suas atividades em Portugal incluem comercialização de gás e eletricidade e ainda projetos eólicos.

Na América Latina, a Companhia realiza atividade de distribuição de gás na Argentina e no Brasil; de distribuição no mercado elétrico e gasista na Colômbia e de geração elétrica e distribuição de gás no México. A atividade em Porto Rico está voltada para a geração elétrica e a operação de uma planta de regaseificação.

A Gas Natural Fenosa também realiza o serviço de distribuição elétrica na Nicarágua e Moldávia; gera e distribui eletricidade no Panamá; e participa de negócios de telecomunicações na Guatemala. Na Costa Rica, República Dominicana e no Quênia, o grupo desenvolve atividades de geração. No sul da África, conta com uma mina de carbono e, no Marrocos, realiza atividades de exploração e de operação do gasoduto Magreb-Europa.

Além disso, participa de plantas de liquefação no Egito, Omán, e tem uma carteira de projetos eólicos na Austrália, além de projetos de *upstream* em Angola. A empresa mantém ainda relações comerciais de compra e venda de gás em numerosos países, entre os quais destaca-se a Argélia, por onde passa o gasoduto Magreb-Europa.

Líder também em matéria de Responsabilidade Corporativa, a Gas Natural Fenosa tem uma série de reconhecimentos, conferidos por entidades de referência (quadro abaixo).

O infográfico, intitulado "Reconhecimentos" e com o logo da Gas Natural Fenosa no canto superior direito, apresenta uma lista de prêmios e classificações. É dividido em duas colunas: "Índices mundiais de responsabilidade corporativa" e "Outros reconhecimentos".

Índices mundiais de responsabilidade corporativa	Outros reconhecimentos
Dow Jones Sustainability Index Presente no índice de forma ininterrupta nos últimos oito anos. Incluída no DJSI Europe pela sétima vez consecutiva. Líder no setor de distribuição de gás	ASSET Prêmio de excelência financeira
sam Distinguida pelo quinto ano consecutivo no Anuário da Sustentabilidade	platts 1ª companhia do mundo no setor de gás. Prêmio de melhor iniciativa de desenvolvimento comunitário para o projeto Cuartel V na Argentina
FTSE4Good Incluída no índice de sustentabilidade pelo 11º ano consecutivo	FORTUNE 10ª companhia energética mais admirada do mundo
FTSE4000 IBEX Incluída desde a criação do índice	Investor Prêmio de melhor operação financeira
CDP Terceira posição no mundo e utility melhor valorada. Segundo o Informe Carbon Disclosure Project (CDP Global 500) correspondente a 2012	efr Selo "Excelencia en Diversidad". Conforme o modelo EDC de gestão para favorecer a inclusão da pessoa com deficiência
	efr Certificado efr em desenvolvimento Humano e social

4

Gas Natural Fenosa no Brasil: 870 mil clientes e R\$ 4,4 bilhões de investimentos

O ano de 2012 foi de importantes resultados para a Gas Natural Fenosa no Brasil. A empresa – operadora da Ceg, Ceg Rio, Gas Natural SPS e Gas Natural Serviços – realizou um volume de investimentos que chegou a R\$ 206,5 milhões.

Desde 1997, já contabiliza mais de R\$ 4,4 bilhões de investimentos no país, sendo boa parte destinada à ampliação e melhoria da malha de distribuição de gás em todas as áreas de concessão.

A Gas Natural Fenosa fechou 2012 com um total de 870 mil clientes no Brasil e uma rede de mais de 6 mil km de extensão. As empresas do grupo já estão presentes em 68 municípios brasileiros. Em 2012, iniciou, através da Ceg Rio, o abastecimento em Teresópolis, Iguaba Grande, Itaipava, Paty do Alferes e Rio Bonito. Através da Gas Natural SPS, concluiu as obras da estação de descompressão, que viabilizará a antecipação da chegada do gás a Itapetininga, em 2013.

Em 2012, a Gas Natural Fenosa teve novas indústrias incorporadas à sua carteira de clientes, entre elas destaca-se a Nissan do Brasil, que firmou contrato de abastecimento de gás natural para a unidade situada no município de Resende, cujo consumo previsto é de 13.695.000 m³/ano, em média.

Além desta, foram incorporadas a Masterpav (fábrica de asfalto), e a Saint-Gobain do Brasil, localizadas no Rio de Janeiro; e em São Paulo, a italiana Arvedi Metalfer do Brasil, produtora de peças para o segmento automobilístico. Juntas, essas indústrias representam um consumo de mais de 2.413.356 m³/ano.

No mercado de cogeração e climatização, firmou contrato de abastecimento de gás natural com o Centro Comercial Nova América, onde também atenderá diversos pontos de abastecimento de gás, com consumo projetado de 23,6 GWh/ano.

No mercado residencial, o destaque do ano ficou para o início do abastecimento das edificações do programa *Minha Casa, Minha Vida*. O condomínio “Morar Carioca” terá 2.240 domicílios abastecidos por gás natural, com aplicação da tarifa social.

Na área de negócios não regulados, a Gas Natural Fenosa – através da empresa Gas Natural Serviços – ampliou o serviço de venda e instalação de aquecedores a gás. Desde o início dessa atividade já comercializou mais de 13 mil aparelhos. A empresa também fechou 21 contratos de soluções energéticas, com destaque, em 2012, para a implantação de sistemas de geração de energia com gás natural no Casa Shopping e no Fluminense Futebol Clube. A atuação da Gas Natural Serviços garante conforto e segurança aos consumidores de gás natural canalizado na medida em que proporciona não apenas a venda de equipamentos a gás aos seus clientes como também a revisão das instalações internas de gás.

Um ano de muitos prêmios

Ao longo de 2012, as empresas controladas pela Gas Natural Fenosa no Brasil conquistaram 10 prêmios. Foram *cases* e projetos que receberam a chancela de diferentes instituições que reconheceram os resultados e o caráter inovador dos projetos realizados. Esses prêmios foram:

- **3º Global Contact Forum** – Ouro na 1ª Entrega Anual de Prêmios Latino-Americanos, com o case Unidos pelo Cliente.
- **XII Prêmio ABT (Associação Brasileira de Telesserviços)** – Ouro em Operações Próprias ou Terceirizadas – Ativas, com “Gas Natural Fenosa: Mais que cobrança, mais pelo cliente”, que também recebeu o troféu de:
 - Ouro por ter sido selecionado entre todos os trabalhos como o “Case do Ano”
 - Ouro em Campanhas de Comunicação – Internas (Empresas), com “Jornada das Estrelas no Espaço do Cliente”
 - Prata em Gestão da Qualidade (Empresas), com o case “Atendimento com Excelência da Gas Natural Fenosa em São Paulo”
 - Prata em Atendimento Técnico, com o case “Risco Zero – O Compromisso em Manter um Serviço Público Seguro”
- **Prêmio MasterInstal** – O case “Capacitar com Segurança: Esse é o Compromisso do Grupo Gas Natural Fenosa” ganhou o troféu prata.
- **Top Gás** – O case Campanha VIP foi o grande vencedor nacional na categoria Relacionamento com Clientes do Prêmio Petrobras de Reconhecimento às Distribuidoras de Gás Natural – Top Gás 2012.
- **Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Niterói (Ademi-Niterói)** – Ceg ganhou o prêmio Top Fornecedor.
- **Prêmio Aberje** – Ouro no Prêmio Aberje 2012, principal premiação na área de Comunicação do Brasil. A companhia foi campeã regional na categoria Comunicação e Relacionamento com o Público Interno, com o case Programa Dialogar: a Vitória do Diálogo.
- **Fórum Geoespacial Latino-Americano** – Prêmio Geospatial Technology for City Management, pelo projeto GeoVias, que integra informações sobre as redes subterrâneas da cidade em um único banco de dados.
- **PECC 2012** – Prêmio de Excelência em Contact Center – O atendimento telefônico da Gas Natural Fenosa Brasil foi tricampeão no prêmio Excelência em Contact Center.
- **TOP de RH** – Ouro com o case “Carreira em Foco: uma Visão Estratégica de Recursos Humanos”
- **Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos – ESARH** – Ouro na categoria Gestão de Pessoas.



5

Evolução das Atividades da Gas Natural Fenosa em São Paulo

Clientes captados no ano de 2012

As altas por gestão comercial acumuladas totalizaram 4.071 clientes, sendo 3.920 residenciais, 140 comerciais, 8 indústrias e 1 posto de GNV (gás natural veicular).

Incremento líquido e total de clientes

No ano de 2012, houve o incremento líquido (altas menos baixas) de 2.424 clientes, crescimento de 6,81% em relação a 2011, que teve incremento líquido de 1.848 clientes. O número total de clientes da companhia é de 38.028.

Vendas

As vendas em 2012 tiveram um declínio em relação ano de 2011 de, aproximadamente, 5,57%. Esse fato deve-se à queda da competitividade do gás natural, principalmente, no segmento industrial.

Investimentos

Foram investidos R\$ 14,4 milhões no período de janeiro a dezembro de 2012, sendo R\$ 10,9 milhões destinados à construção de infraestrutura de distribuição e o valor restante – R\$ 3,5 milhões – para manutenção da rede e demais gastos operacionais da empresa.

Atividade operacional

Foram recebidas 35.975 chamadas no teleatendimento, de janeiro a dezembro de 2012. O percentual de chamadas abandonadas na URA foi de apenas 0,3%, em dezembro, demonstrando a excelência do atendimento, cujo índice de satisfação global dos clientes chegou à pontuação de 9.04.

Atividade Comercial

6

Em 2012, a Gas Natural Fenosa em São Paulo atingiu o total de 38.028 clientes, o que representou um aumento de 6,81%, em relação a 2011, e um incremento líquido de 2.424 usuários em toda a área da concessão.

Número de Clientes	2012	2011	Varição (%)
Residencial	36.765	34.409	6,85%
Comercial	1.035	970	6,70%
Industrial	201	195	3,08%
GNV	27	30	-10,00%
Total	38.028	35.604	6,81%

O desenvolvimento da atividade comercial foi realizado em 15 municípios: Sorocaba, Itu, Salto, Votorantim, Tatuí, São Roque, Mairinque, Araçariguama, Laranjal Paulista, Porto Feliz, Boituva, Cerquilha, Alumínio, Cesário Lange e Iperó. A tubulação que atenderá a cidade de Itapetininga está sendo construída e, enquanto isso, para antecipar a chegada do gás natural ao município, o sistema de GNC (gás natural comprimido) foi empregado pela Companhia para atender, em 2013, o segmento industrial, sendo a 3M do Brasil o primeiro cliente abastecido.

No segmento de GNV (gás natural veicular) houve uma queda na captação de clientes de 10%, também em razão da baixa de competitividade. Em contrapartida, houve incremento de 65 clientes no comércio, totalizando 1.035 usuários de gás natural.

Crescimento do número de clientes nos últimos cinco anos:

Houve um aumento do número de clientes no decorrer dos últimos cinco anos, tendo maior destaque o aumento registrado em 2012.

Número de Clientes	2008	2009	2010	2011	2012
Residencial	30.522	30.733	32.621	34.409	36.765
Comercial	828	857	908	970	1.035
Industrial	204	198	197	195	201
GNV	32	31	30	30	27
Total	31.586	31.819	33.756	35.604	38.028

Evolução do volume

O volume total de gás natural distribuído em 2012 foi de 494.849.616 de m³/ano, com um declínio de 5,57%.

Volume m ³ /ano	2012	2011	Variação (%)
Residencial	4.680.794	4.773.437	-1,94%
Comercial	4.542.608	4.542.772	0,00%
Industrial	470.038.257	498.576.632	-5,72%
GNV	15.587.957	16.142.783	-3,44%
Total	494.849.616	524.035.624	-5,57%

Vendas convencionais

Em 2012, houve redução de 6% nas vendas, com uma variação de 29.186.008 de m³, impactada, principalmente, pela queda de 6% no consumo do setor industrial.

Evolução das vendas nos últimos 2 anos:

Mercado/Ano	2011	2012	Varição	Varição (%)
Residencial	4.773.437	4.680.794	92.642	-2%
Comercial	4.542.772	4.542.608	164	0%
Industrial	498.576.632	470.038.257	28.538.375	-6%
GNV	16.142.783	15.587.957	554.826	-3%
Total	524.035.624	494.849.616	29.186.008	-6%



Serviço a Clientes

7

Em 2012, os índices de satisfação começaram a ser contabilizados por pontuação de zero a dez, diferentemente dos anos anteriores, quando eram medidos em percentual. Em São Paulo, a Gas Natural Fenosa destacou-se pelos índices de satisfação quanto aos serviços prestados, além de outros indicadores de desempenho do setor de Serviços a Clientes.

O Índice Global de Satisfação de Clientes quanto aos serviços prestados e à imagem da empresa fechou 2012 com a pontuação de 9.04. Essa nota demonstra e representa a confiabilidade no fornecimento contínuo do gás natural, a melhoria da imagem da companhia, o cumprimento das expectativas quanto ao preço praticado, e o incremento do índice de lealdade dos clientes.

Pesquisa de Satisfação Global

Número de Clientes	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
2011	87,9%	92,9%	95,1%	87,9%
2012	9,11	8,97	9,03	9,04

Índice de Satisfação de Clientes

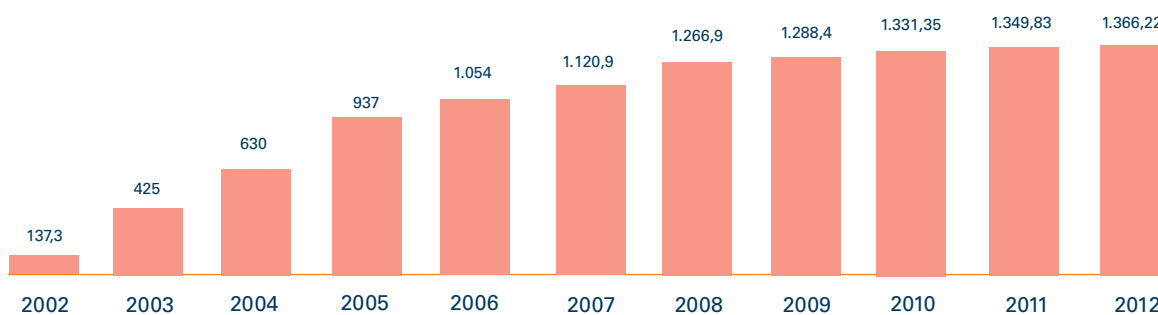
Número de Clientes	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Reclamações da Gas Natural Fenosa SP	7,31	n.a. *	n.a.	n.a.
Call Center da Gas Natural Fenosa SP	8,23	n.a.	n.a.	8,47
Agências da Gas Natural Fenosa SP	8,78	n.a.	n.a.	8,63

*n.a. – Não apontado

A atenção com os serviços *online* continuou sendo o foco em 2012, sempre na busca por novas ferramentas para facilitar e tornar mais rápido o atendimento ao cliente e também obter redução de despesas.

Em 2012 a Gas Natural Fenosa expandiu sua rede, executando 740 ramais e 16,17 km de tubulações, terminando o ano com 1.366,22 km em operação e mantendo-se como a terceira maior distribuidora de gás natural canalizado do país em infraestrutura.

Quanto à confiabilidade e à segurança do sistema, foram realizadas inspeções preventivas em 100% das redes de alta e média pressão e efetuadas mais de 4.200 inspeções preventivas em instalações auxiliares.



Pesquisa e Desenvolvimento

Com recursos destinados ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a Gas Natural Fenosa capacitou 117 profissionais do Corpo de Bombeiros de Sorocaba e região. O objetivo foi promover o desenvolvimento de ações que garantam o pronto atendimento em situações de urgência, bem como o incremento da segurança das redes de distribuição de gás natural e da utilização do produto.

Outra ação foi a feira educativa “Energia Total, Gás Natural,” que demonstrou, por meio de jogos, brincadeiras e dinâmicas, o que é o gás natural, de onde vem, suas aplicações no dia a dia, e os benefícios para o planeta. O evento foi realizado em Sorocaba, em 2012, e reuniu mais de 5 mil visitantes, no Esplanada Shopping, tendo continuidade em 2013 na cidade de Itu. Os investimentos totais, nos dois programas de P&D, somaram mais de R\$ 350 mil.

Recursos Investidos

Os investimentos totais realizados pela companhia acumularam R\$ 14,4 milhões em 2012, quase o dobro do aportado no ano anterior. Do total investido, cerca de R\$ 11 milhões foram destinados à construção da infraestrutura de distribuição e o restante para manutenção da rede e demais gastos operacionais.

Qualidade

Os padrões de qualidade da Empresa sustentaram-se entre os mais elevados, com manutenção do Certificado de Qualidade ISO 9001:2008.



9

Sumário Financeiro

Receita Líquida

No ano de 2012, a receita líquida fechou em R\$ 502,5 milhões, o que representa um aumento de 16,5% em relação ao ano anterior.

Lucro Bruto

Em 2012, a Gas Natural Fenosa em São Paulo alcançou lucro bruto de R\$ 120,4 milhões. Em relação ao exercício de 2011, foram 3,3% de incremento, evidenciando que a empresa está recuperando os resultados gradativamente, depois do impacto causado pela redução das margens, resultado da Revisão Quinzenal concluída em 2010 e da queda do volume de vendas nos segmentos industrial e de GNV.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2012 foi de R\$ 4,7 milhões, apontando redução de 12,76% em relação ao ano de 2011, que foi de R\$ 5,4 milhões. Os principais motivos dessa queda foram a amortização de financiamentos e a redução das taxas de juros em longo prazo.

	2012	2011	Variação(%)	Variação (R\$)
Resultado Financeiro (R\$ mil)	4.739	5.432	-693	-12,76%

Lucro Operacional

O lucro operacional da Companhia em 2012 foi de R\$ 54,2 milhões, apresentando um aumento de quase R\$ 5 milhões em relação ao ano anterior, reflexo, basicamente, da atualização monetária das tarifas.

Lajida (Ebitda)

Em 2012, o Lajida registrado foi de R\$ 89,2 milhões, com aumento de 3,65% sobre 2011.

Lajida (R\$ mil)	2012	2011	Variação (R\$)	Variação (%)
Lajida	89.299	86.158	3.141	3,65%
Lucro líquido do exercício	47.786	44.378	3.408	7,68%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	11.235	10.428	807	7,74%
Resultado Financeiro	-4.739	-5.432	693	-12,76%
Depreciação e amortização	35.017	36.784	-1.767	-4,80%

Remuneração aos acionistas

10

Em conformidade com a estrutura de capital apresentada pela Companhia, a administração propôs uma distribuição de resultados de R\$ 26,8 milhões a título de juros sobre o capital próprio, aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 11/10/2012. O pagamento, em única parcela, está previsto para o mês de julho de 2013.

O saldo remanescente, no valor de R\$ 18,5 milhões, será destinado à Reserva de Lucros, para os futuros investimentos a serem realizados pela Companhia. Somados, os valores acima representam 100% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável.

Esta proposta foi apreciada na Assembléia Geral de Acionistas, no mês de abril de 2013.

11

Financiamentos

A política de buscar financiamentos, preferencialmente junto a entidades multilaterais, tem colaborado para que a companhia mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Em 2012, a companhia não obteve novo financiamento, amortizando os financiamentos anteriormente contraídos.

Para 2013, a empresa tem como meta manter o perfil de financiamento atual, buscando as melhores condições de empréstimo.

Acionistas

12

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da companhia estava representado por 595.799.877 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Participação no capital social (%)
Gas Natural SDG S.A	99,99
Gas Natural Serviços S.A.	0,01

13

Panorama Tributário

Em atendimento à Instrução Normativa da Receita Federal, foi implantado em 2012 o Sistema Público de Escrituração Digital Contribuição para o PIS/COFINS – SPED EFD PIS/COFINS.

Ao longo do ano, a Companhia buscou a implantação de programas operacionais, com objetivo de aumentar a eficiência e a confiabilidade na apuração dos tributos. Adicionalmente, buscou constantemente a eficiência fiscal de forma a garantir as boas práticas tributárias e a correta aplicação da legislação, principalmente no segmento de combustível.

O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos, com base na gestão fiscal adotada.

	2012	2011	Varição %
COFINS	9,65	11,14	-1,49%
PIS	2,09	2,42	-0,33%
IRPJ	10,93	9,70	1,23%
CSLL	7,22	5,93	1,29%
IOF	0,16	0,17	0,01%
AGENERSA	0,00	0,00	0,00%
ICMS	18,26	19,81	-1,55%
IPVA	0,31	0,33	-0,02%
IPTU	0,05	0,05	0,00%
ISS	0,04	0,01	0,03%
Total (MBRL)	48,71	49,56	-0,85%

Responsabilidade Social Corporativa

14

Público Interno

Com o intuito de motivar e valorizar a equipe, assim como manter o diálogo com os colaboradores e a transparência, a Gas Natural Fenosa em São Paulo deu continuidade a programas de treinamento, desenvolvimento e reconhecimento profissional, incentivando cada colaborador a sempre buscar melhorias e o desenvolvimento constante.

Com o Programa de Qualidade de Vida, a empresa mostra o quanto o colaborador é valioso e ressalta a importância em manter o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e financeira.

Em 2012, a Gas Natural Fenosa deu sequência aos programas de sessões de shiatsu e reflexologia, e de caminhada ecológica.

Ao longo do ano, foram celebradas com a equipe datas comemorativas como: Dia Internacional da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Secretárias, Dia das Crianças e Natal.

Principais indicadores

Quadro de Pessoal/Número de empregados	32
Homens/Mulheres (%)	20 / 12
Total de diretos*	2
Mulheres em postos diretos	0
Gastos de Pessoal (R\$)	2.714.751
Horas de treinamento por empregado	76,5
Investimento em formação anual (R\$)	89.224

*Diretores e gerentes

Oportunidade de Desenvolvimento

- Em 2012, aconteceu a 3ª edição do evento “Carreira em Foco”, em que foram apresentados workshops sobre planejamento de carreira, treinamentos para o autodesenvolvimento e autoconhecimento profissional e consultorias individuais, com especialistas em Recursos Humanos.
- Com o Programa Bolsa de Estudos, a empresa incentivou 17 funcionários a realizarem cursos ligados às necessidades da Companhia e atividades do cargo que exercem, investindo no desenvolvimento profissional e pessoal desses profissionais.
- A Gas Natural Fenosa em São Paulo realizou o 5º ciclo do Programa de Avaliação de Desempenho, que é composto por duas etapas: Avaliação (Avaliação do empregado pelo gestor da área e autoavaliação do empregado) e Entrevista de feedback (reunião individual marcada pelo gestor com o empregado). O intuito é identificar o potencial de contribuição e aspectos que necessitam ser desenvolvidos pelos colaboradores.
- O Programa de Mobilidade Interna também foi apresentado como uma importante iniciativa para ampliar as oportunidades de desenvolvimento da empresa, potencializando adequações de pessoa-posto e promovendo movimentação interna.



Políticas de Benefício

A Gas Natural Fenosa em São Paulo reconhece todo o esforço e a dedicação dos funcionários. Pensando nisso, oferece uma Política de Benefícios diferenciada e abrangente, incluindo: Plano de Previdência, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Auxílio Medicamentos, Seguro de Vida, Auxílio Creche, Auxílio Excepcional, Vale Refeição, Cesta Básica, Empréstimo Emergencial, Auxílio Funeral, Empréstimo Material Escolar, Bolsa Estudos, Complementação Previdenciária, Extensão da Licença-Maternidade de quatro para seis meses e Benefício Empréstimo Consignado, com desconto em folha de pagamento.

Flexibilidade

Um grande diferencial da Gas Natural Fenosa é a jornada de trabalho de seus colaboradores, com um horário flexível. Todos os funcionários, exceto aqueles que desempenham serviços essenciais, podem chegar à empresa até uma hora depois do horário estabelecido em seu contrato de trabalho, devendo compensar no horário de saída.

Em todos os feriados que ocorrem às terças e às quintas-feiras, os colaboradores são dispensados do trabalho às segundas e sextas-feiras (com exceção daqueles que trabalham em serviços essenciais), mediante compensação, conforme calendário estabelecido pela empresa. Às sextas-feiras, no período de horário de verão, a jornada de trabalho foi reduzida em duas horas, mediante compensação ao longo do ano.

Programa Por Dentro da Empresa

Com o objetivo de proporcionar a vivência dos colaboradores nas várias etapas do sistema de distribuição de gás natural, assim como o engajamento de todos nesse processo, a Gas Natural Fenosa em São Paulo criou o programa de integração “Por Dentro da Empresa”. O projeto, que teve início em 2012, já permitiu que os colaboradores conhecessem as instalações de gás natural e sua importância para o processo produtivo das indústrias Guardian, em Tatuí, e Ajinomoto, em Laranjal Paulista, além da Estação de Controle de Pressão Primária (ECPP) de Itu, o programa de incentivo cultural ao Museu da Energia de Itu, e o apoio concedido às atividades da Casa de Belém, de Salto, que assiste crianças abandonadas ou vítimas de maus tratos.



Relacionamento com a Sociedade

A Gas Natural Fenosa segue, anualmente, apoiando e realizando importantes projetos que contribuem para o desenvolvimento das comunidades onde atua, além de gerar o crescimento sustentável de toda a região atendida. Essa responsabilidade igualmente contribui para o fortalecimento da marca da empresa, atenta aos programas de responsabilidade social, cultural e ambiental, endossando a Missão, a Visão e os Valores do Grupo Gas Natural Fenosa em todo o mundo.

Ações Sociais

Empresa Amiga Solidária

Pelo sétimo ano consecutivo, a Gas Natural Fenosa foi reconhecida como “Empresa Amiga Solidária”, pelo auxílio prestado à instituição de utilidade pública Lar Escola Monteiro Lobato, em Sorocaba, para a educação e a formação sócio-cultural de crianças e adolescentes carentes. Os recursos doados pela empresa em 2012 foram utilizados para renovação do mobiliário da entidade.

Campanha do Agasalho

Em 2012, a pedido do Fundo Social do Estado de São Paulo, a empresa doou agasalhos novos às famílias carentes. Nos demais municípios atendidos, foram entregues 600 cobertores entre os Fundos Sociais de Solidariedade de Itu, Sorocaba e Mairinque.

Campanha do Dia das Crianças

Em mais um ano, a Gas Natural Fenosa em São Paulo pode contar com a parceria das indústrias de brinquedos clientes Cotiplás e Super Toys, para a doação de mais de 1.000 brinquedos às crianças carentes atendidas por instituições filantrópicas dos municípios de Sorocaba, Laranjal Paulista, Porto Feliz, Boituva e Tatuí, com o apoio de seus Fundos Sociais de Solidariedade. Assim como nos anos anteriores, os colaboradores da empresa também participaram da ação, com a doação de brinquedos.

McDia Feliz

Pelo terceiro ano consecutivo, a área de Serviços a Clientes da Gas Natural Fenosa em São Paulo apoiou a Campanha do McDia Feliz na cidade de Sorocaba, em que todos os recursos arrecadados com a venda do lanche Big Mac foram revertidos para o hospital do câncer infantil, que é mantido pelo GPACI (Grupo de Apoio de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil). A empresa adquiriu, em 2012, 119 tickets do McDia Feliz. Os vale-lanches foram distribuídos como brinde para os clientes que aderiram à facilidade do débito automático da conta.

Novo auditório do GPACI

Em linha com os valores do Grupo Gas Natural Fenosa em todo o mundo, a Gas Natural Fenosa em São Paulo entregou oficialmente, em abril de 2012, o novo auditório do GPACI (Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil), totalmente reformado e modernizado, com capacidade para 60 pessoas. A instituição utilizará o espaço para eventos da área de saúde, treinamento dos colaboradores internos e reuniões, promovendo a pesquisa e o desenvolvimento do setor.

Cestas de Natal

Desde 2007, a Companhia colabora com as ações de Natal dos Fundos Sociais de Solidariedade onde atua. No ano de 2012, a empresa apoiou as festividades de Natal em três municípios onde está presente: Laranjal Paulista, Araçariguama e Boituva. Foram doados alimentos para compor as cestas de Natal entregues às famílias carentes e adquiridos brinquedos para as crianças.

Cestas básicas

Auxílio, por meio da doação mensal de cestas básicas, à manutenção das atividades da Casa de Belém, na cidade de Salto, que assiste crianças vítimas de abandono ou maus tratos, sob a custódia da Justiça, até que sejam encaminhadas para adoção ou possam retornar ao lar.

Programa Gentileza

No ano de 2012, por meio do Programa Gentileza, desenvolvido pela Companhia, com o intuito de estimular a responsabilidade social entre os colaboradores, a Gas Natural Fenosa em São Paulo apoiou diversas instituições. Na Páscoa, a Casa de Belém, da cidade de Salto, foi palco de uma grande festa oferecida pela empresa às crianças atendidas. No Natal, por meio do Programa Natal sem Fome, a Companhia também doou 400 brinquedos aos Fundos Sociais das cidades de Sorocaba, Votorantim, Salto de Pirapora, Piedade e Vale do Ribeira para encaminhamento a 39 instituições beneficentes.

VI Short-Triathlon do Corpo de Bombeiros de Sorocaba

A empresa patrocinou, pela segunda vez, o Short-Triathlon do Corpo de Bombeiros de Sorocaba, em sua 6ª edição, e também parte das comemorações do 50º aniversário do 15º Grupamento de Bombeiros da cidade. O evento esportivo reuniu mais de 100 participantes de diversas cidades da região, entre as categorias militar e civil.

Sindicato da Habitação

Realização de palestras técnicas aos síndicos de Sorocaba e região, em parceria com o Secovi-SP (Sindicato da Habitação), durante o ano de 2012, com o intuito de divulgar importantes informações sobre a segurança das instalações de gases combustíveis e outros temas relevantes para condomínios.

II Corrida Bom Dia

A Gas Natural Fenosa apoiou a corrida de rua do jornal Bom Dia Sorocaba. Em sua segunda edição, a ação tem como objetivo a integração dos participantes em um evento ligado ao meio ambiente e de promoção da saúde e do bem-estar. Além disso, em 2012 foi comemorado o aniversário de sete anos do jornal na cidade. Cinco colaboradores da empresa participaram da prova e mais de 1.000 pessoas, entre inscritos e torcedores, prestigiaram o evento.



Ações Ambientais

Programas de Reciclagem

Papéis, jornais e plástico

A Gas Natural Fenosa recicla papéis, papelões e jornais em desuso pelos colaboradores da empresa, além do plástico das canoplas inutilizadas de medidores de consumo de gás natural. Em 2012, apenas entre papéis e papelões, foram reciclados 113 kg. Os recursos provenientes da reciclagem de todos os materiais são revertidos à ONG Catares, integrante do projeto de reciclagem da Prefeitura de Sorocaba,

Pilhas e baterias de celular

Em mais um ano de parceria com a ONG Iviso (Instituto Viver de Sorocaba), a empresa reciclou, durante o ano de 2012, 80 kg de pilhas e baterias de celular, evitando danos ao meio ambiente e à saúde provocados pelo descarte indevido desses materiais na natureza.

Cartuchos e tonners

No ano de 2012, a Companhia renovou seus equipamentos para peças mais modernas, o que fez com que o número de cartuchos usados caísse, gerando redução desse resíduo e de tonners. Outras 48 unidades desses materiais foram entregues para a entidade social Casa do Menor, de Sorocaba, para fins de reciclagem e captação de recursos.

VII Simpósio do Meio Ambiente da Unimed Sorocaba

A operadora de plano de saúde Unimed Sorocaba investe na alternativa de fornecimento de gás natural para o hospital do convênio, como fonte de energia moderna e ecologicamente correta. Adicionalmente, todos os anos, realiza um simpósio de meio ambiente que reúne especialistas brasileiros nos mais diversos temas ligados à ecologia e à sustentabilidade. A Gas Natural Fenosa apoiou essa atividade pelo terceiro ano consecutivo.

Ações Culturais

Projeto Tom Natural

Desde 2009, a Gas Natural Fenosa em São Paulo promove o projeto cultural Tom Natural, que compreende apresentações de música em praças públicas, privilegiando os artistas da região e com performances especiais esporádicas de grandes nomes da música brasileira. O projeto é realizado com recursos do ICMS, por meio do Programa de Ação Cultural (Proac), do Governo do Estado de São Paulo. Já foram investidos mais de R\$ 1 milhão no projeto. Na temporada 2012, o programa passou por uma reformulação em sua carreta-palco, que ganhou layout mais colorido, além de incorporar um novo estilo musical, o sertanejo, a pedido da população. Adicionalmente, o programa aumentou o número de cidades atendidas, incluindo também Salto, Tatuí e Porto Feliz, além de Sorocaba e Itu, que já eram atendidas.



Exposição “Revolução de 32”

A Gas Natural Fenosa em São Paulo patrocinou a exposição “1932, o Ano da Revolução Paulista”, realizada no Museu de Energia de Itu, entre agosto e novembro de 2012, reunindo cerca de 2.000 visitantes. A mostra, que integra as comemorações do Dia Nacional do Patrimônio Histórico, celebrado em 17 de agosto, contou a história da mobilização que teve a participação de diferentes setores da sociedade paulista da época, inclusive de trabalhadores do setor de energia.



4ª Caminhada Outubro Rosa

O evento “Caminhada Outubro Rosa”, que integra as atividades do Grupo Andanças, formado por mulheres de Sorocaba e região em tratamento e recuperadas do câncer de mama, teve apoio da Gas Natural Fenosa no ano de 2012. A Companhia iluminou sua sede com luzes cor de rosa entre os dias 17 e 26 de outubro, além de ter participado do evento “Caminhada Outubro Rosa”, que reuniu mais de 500 pessoas em favor da conscientização sobre a importância do diagnóstico precoce para o tratamento da doença.

Exposição “Oração ao Tempo”

A Gas Natural Fenosa em São Paulo também patrocinou a exposição fotográfica itinerante “Oração ao Tempo”, com o intuito de conscientizar a população para a prevenção do câncer de mama. A mostra foi realizada no Poupatempo Sorocaba, no colégio Objetivo, na faculdade ESAMC Sorocaba, PUC Sorocaba e no Shopping Granja Olga, e levou a 80 mil pessoas informações sobre o auto-exame e o diagnóstico precoce da doença.

Cantata de Natal

A Cantata de Natal – grande espetáculo de música, teatro e dança, promovido pela Prefeitura de Sorocaba, por meio da Secretaria da Cultura, na antiga Estação Ferroviária da cidade – teve patrocínio da Gas Natural Fenosa, pelo quinto ano consecutivo. O projeto é apoiado pela empresa, com recursos do ICMS, através do Programa de Ação Cultural (Proac), do Governo do Estado de São Paulo, sendo realizado pelas crianças e adolescentes integrantes de projetos sócio-culturais mantidos pelo município. Em 2012, o público presente, nos quatro dias de apresentação, somou mais de 10 mil pessoas.

Relacionamento com órgãos públicos

Por ser uma concessionária estadual do serviço público essencial de distribuição de gás natural canalizado, a Gas Natural Fenosa em São Paulo deu continuidade, em 2012, ao programa “Café da Manhã com as Prefeituras”, um amplo projeto de relacionamento com os órgãos públicos dos municípios abastecidos. Além de reforçar a imagem da empresa como concessionária estadual de serviço público essencial e integrante de um grupo multinacional líder do setor de gás e eletricidade, o objetivo é encurtar caminhos para novos projetos.





Demonstrações financeiras

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2012.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Gás Natural São Paulo Sul S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para


expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gás Natural São Paulo Sul S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/0-5 "F" RJ


Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC IRJ018568/0-7

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2012	2011
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	99.484	101.842
Contas a receber de clientes (Nota 7)	74.572	62.769
Estoques (Nota 8)	943	1.405
Tributos a recuperar (Nota 9)	7.541	4.663
Partes relacionadas (Nota 10)	169	12
Adiantamento a fornecedores	1.498	14
Outros ativos	191	182
	184.398	170.887
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar (Nota 9)	1.075	882
Débitos restituíveis (Nota 11)	328	328
Ativos fiscais diferidos (Nota 12 (a))	34.482	32.171
Depósitos judiciais	777	253
Outros ativos	20	40
	36.682	33.674
Intangível (Nota 13)	580.310	595.133
Diferido (Nota 14)	11.954	16.073
	628.946	644.880
Total do ativo	813.344	815.767

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	6.238	7.431
Fornecedores (Nota 16)	40.691	43.284
Obrigações trabalhistas a pagar	573	282
Tributos a pagar (Nota 17)	7.664	4.872
Imposto de renda a pagar	5.063	6.193
Partes relacionadas (Nota 10)	1.586	1.914
Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 20)	11.349	10.539
Outros passivos	861	834
	74.025	75.349
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	5.395	11.602
Provisão para contingências (Nota 18)	2.769	2.478
	8.164	14.080
Total do passivo	82.189	89.429
Patrimônio líquido (Nota 19)		
Capital social	684.923	684.923
Reservas de Lucros	46.232	41.415
Total do patrimônio líquido	731.155	726.338
Total do passivo e patrimônio líquido	813.344	815.767

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Receita líquida (Nota 21)		
Venda de gás	487.417	411.995
Contratos de construção	14.579	7.083
Outras receitas	551	561
	502.547	419.639
Custos e despesas operacionais		
Compra de gás e de serviços	(367.509)	(296.035)
Custo dos contratos de construção	(14.579)	(7.083)
Pessoal	(4.794)	(4.044)
Utilidades, materiais e serviços	(2.115)	(2.194)
Serviço de manutenção	(4.782)	(3.455)
Serviços de profissionais independentes e contratados	(8.743)	(8.052)
Publicidade e propaganda	(984)	(1.826)
Despesas com royalties (Nota 10)	(4.311)	(4.835)
Aluguéis	(445)	(442)
Depreciações e amortizações (inclusive concessão e redes de gás)	(35.017)	(36.784)
Outras despesas operacionais, líquidas	(4.986)	(5.515)
	(448.265)	(370.265)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	54.282	49.374
Resultado financeiro (Nota 22)		
Receitas financeiras	7.404	8.591
Despesas financeiras	(2.506)	(3.372)
Atualizações monetárias, líquidas	(159)	213
	4.739	5.432
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	59.021	54.806
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12(c))		
Correntes	(13.546)	(14.000)
Diferidos	2.311	3.572
Lucro líquido do exercício	47.786	44.378
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social - R\$	80,20	74,48

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto			
Em 31 de dezembro de 2010	654.841	4.569	3.007	25.791		688.208	
Integralização de capital (Nota 19 (a))	30.082					30.082	
Dividendos adicionais aprovados				(25.791)		(25.791)	
Lucro líquido do exercício					44.378	44.378	
Destinação do lucro							
Reserva legal		2.219			(2.219)		
Juros sobre o capital próprio proposto (Nota 20)					(10.539)	(10.539)	
Dividendo adicional proposto				31.620	(31.620)		
Em 31 de dezembro de 2011	684.923	6.788	3.007	31.620		726.338	
Dividendos adicionais aprovados				(31.620)		(31.620)	
Lucro líquido do exercício					47.786	47.786	
Destinação do lucro							
Reserva legal		2.389			(2.389)		
Juros sobre o capital próprio proposto (Nota 20)				15.518	(26.867)	(11.349)	
Dividendo adicional proposto				18.530	(18.530)		
Em 31 de dezembro de 2012	684.923	9.177	3.007	34.048		731.155	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	59.021	54.806
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido (Notas 13 e 14)	35.017	36.784
Resultado na baixa do intangível	7	(29)
Juros , variações monetárias e cambiais não realizados	1.249	1.891
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	448	(61)
Provisão para contingências (Nota 18)	291	1.517
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(12.251)	(8.567)
Estoques	462	(205)
Tributos a recuperar e diferidos	11.027	7.541
Outros ativos	(1.997)	241
Fornecedores	(2.593)	12.929
Obrigações trabalhistas a pagar	291	36
Tributos a pagar	(9.573)	(8.466)
Partes relacionadas	(485)	(1.096)
Outros passivos	27	743
Caixa proveniente das operações	80.941	98.064
Juros pagos	(1.279)	(1.588)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.409)	(13.778)
IRRF sobre juros sobre capital próprio (Nota 20)	(3.715)	(5.309)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	59.538	77.389
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível (Nota 13)	(16.082)	(8.862)
Recebimento pela venda de ativo intangível		33
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(16.082)	(8.829)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(7.370)	(7.702)
Dividendos Pagos	(38.444)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(45.814)	(7.702)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.358)	60.858
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	101.842	40.984
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	99.484	101.842

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

A Gás Natural São Paulo Sul S.A. (a “Companhia”) foi constituída com o objetivo de explorar serviços públicos de distribuição de gás canalizado, incluindo pesquisa, produção, aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, exploração, distribuição e comercialização de gás combustível, de produção própria ou de terceiros.

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos.

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada por sua Administração, em 13 de março de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.1.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigentes a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes", "demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira no período em que ocorrem.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD" (*impairment*). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.6 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.7 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço e sobre o lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 12).

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.8 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos.

2.9 Intangíveis

(i) Concessão para exploração de serviços públicos

Demonstrado pelo custo de aquisição. O valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados (dois anos após o início da concessão). Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a sua vigência.

(ii) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(iii) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.

- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

(iv) Servidão de passagem

Os gastos com servidão de passagem são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

2.10 Diferido

(i) Despesas pré-operacionais

Os custos com implantação e pré-operacionais até 31 de dezembro de 2008 foram capitalizados e são amortizados usando-se o método linear, no período de até dez anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados.

(ii) Instalações internas – captação

Referem-se aos gastos com instalações e equipamentos em residências, comércios e indústrias para captação de novos clientes e expansão dos negócios incorridos até 31 de dezembro de 2008.

Conforme Lei 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07 e da Medida Provisória no. 449/08, convertida na lei 11.941/09, esses gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. Os valores são amortizados conforme taxa demonstrada na Nota 14.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto eventual ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2012 em decorrência dessa avaliação.

2.12 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Benefícios a empregados

(i) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

(ii) Planos de contribuição definida

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

2.16 Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido ao cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Para os três primeiros anos do 3º ciclo (jun-10 a mai-13), a Companhia foi autorizada pelo órgão regulador, a ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, a efetuar, dentro de suas políticas tarifárias internas, o complemento em suas tarifas de venda de gás, em aproximadamente R\$ 0,05/m³, para recebimento do montante de R\$ 60,8 milhões proveniente de diferenças entre a margem máxima permitida e a margem obtida em todo o segundo ciclo tarifário. Esse valor, acrescido na margem, é chamado de “Termo de ajuste K.” Esse complemento está sendo cobrado nas tarifas e será aplicado até 31 de maio de 2013.

Em maio de 2010, encerrou-se o processo de revisão tarifária, resultando numa redução das margens máximas permitidas para o 3º ciclo tarifário.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita

que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(c) Vendas de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo do serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida em que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Resultado abrangente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não auferiu outros resultados abrangentes.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 7). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 29.125,00 (2011 – R\$ 22.351,00).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, quotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher esses métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não impaired fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional de R\$ 3.722,00 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.649,00 em 31 de dezembro de 2011).

(e) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Companhia. A Companhia revisa a vida útil desses ativos ao final de cada exercício.

(f) Passivo contingente

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2012, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de câmbio

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira. A Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía empréstimos em moeda estrangeira.

(ii) Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía nenhum contrato com a finalidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção.

Em 31 de dezembro de 2012, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$ 19.193,00, principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado – instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente. A Nota 7 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 6, são divulgados os ativos que se esperam prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são do fluxo de caixa não descontados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	40.691			
Empréstimos e financiamentos	6.552	3.001	3.648	
Contas a pagar - partes relacionadas	1.586			
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	43.284			
Empréstimos e financiamentos	7.808	7.199	7.313	
Contas a pagar - partes relacionadas	1.914			

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim sumariados:

	2012	2011
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	11.633	19.033
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(99.484)	(101.842)
Dívida líquida	(87.851)	(82.809)
Total do patrimônio líquido	731.155	726.338
Total do capital próprio e de terceiros	643.304	643.529
Índice de alavancagem financeira - %	14	13

O índice de alavancagem financeira se manteve estável em comparação ao ano anterior, fruto da manutenção da política de gestão de capital da Companhia. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por empréstimos, fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias.

Os instrumentos financeiros são integralmente classificados como empréstimos e recebíveis no ativo no valor de R\$ 174.990,00 (2011 – R\$ 165.005,00) e como outros passivos financeiros no valor de R\$ 53.185,00 (2011 - R\$ 63.151,00)

	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2012	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes	74.572
Caixa e equivalentes de caixa	99.484
Depósitos Judiciais	777
Demais contas a receber	157
	174.990

	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2012	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	11.633
Fornecedores	40.691
Demais contas a pagar	861
	53.185

	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2011	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes	62.769
Caixa e equivalentes de caixa	101.842
Depósitos Judiciais	253
Demais contas a receber	141
	165.005

	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2011	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	19.033
Fornecedores	43.284
Demais contas a pagar	834
	63.151

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e contas correntes bancárias	10.614	3.949
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	88.870	97.893
	99.484	101.842

(i) Referem-se às aplicações em CDB – Certificado de depósito bancário em instituições financeiras de primeira linha, remunerados à taxa média de 101,08% do CDI – certificado de depósito interbancário (2011 – 101,08% do CDI), podendo ser resgatados a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

7 Contas a receber de clientes

	2012	2011
Segmentos comercial e residencial	1.604	1.495
Segmento industrial	44.981	39.710
Fornecimento de gás medido e não faturado	29.125	22.351
Equipamentos	449	352
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.587)	(1.139)
	74.572	62.769

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa seu valor justo.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2012	2011
A vencer	70.850	60.146
Até três meses	3.477	2.377
De três a seis meses	245	272
Acima de seis meses	1.587	1.113
	76.159	63.908

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2012	2011
Em 1º de janeiro	1.139	1.200
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	1.000	325
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(552)	(386)
Em 31 de dezembro	1.587	1.139

A totalidade dos créditos com clientes que possuam dívidas vencidas há mais de seis meses é objeto de provisão para devedores duvidosos. A partir 15 dias de atraso ao pagamento da fatura os clientes industriais e GNV tem o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes residenciais e comerciais, o fornecimento é suspenso a partir de 40 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$ 5,00 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrado acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

8 Estoques

	2012	2011
Produto acabado	447	389
Almoxarifado	494	1.004
Matérias-primas	2	12
	943	1.405

9 Tributos a recuperar

	2012	2011
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	774	1.060
PIS - Programa de Integração Social	261	247
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.505	1.140
IRRF a compensar	2.451	880
CSLL a compensar	3.623	2.218
Outros	2	
	8.616	5.545
Circulante	7.541	4.663
Não circulante	1.075	882

Os créditos de ICMS, PIS e COFINS são decorrentes das compras de gás, materiais, equipamentos e insumos para a construção das redes de gás e serão recuperados com impostos devidos nas operações normais da Companhia. A parcela não circulante refere-se a impostos na compra de ativos imobilizados para a infraestrutura.

10 Partes relacionadas

Os saldos e operações com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

(a) Saldos

	2012	2011
Ativo circulante – partes relacionadas		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG	44	12
Gas natural BAN, S.A.	125	
	169	12
Passivo circulante – partes relacionadas		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG	67	74
Gas Natural SDG, S.A.	1.519	1.840
	1.586	1.914

(b) Transações

	2012	2011
Despesas operacionais		
Serviços corporativos		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG	808	300
Serviços de uso de software		
Gas Natural SDG, S.A.	310	315
Royalties		
Gas Natural SDG, S.A.	4.311	4.835
	5.429	5.450

O serviço de uso de software refere-se ao contrato com a Gas Natural SDG, S.A. para uso de direitos dos softwares corporativos da Companhia relativo à atividade operacional.

Em 5 de agosto de 2009, foi averbado pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) o contrato com a Gas Natural SDG, S.A. referente à transferência de conhecimentos técnicos e experiências (royalties), e seu valor é calculado pela aplicação da alíquota de 7% sobre o resultado operacional líquido, observando o limite máximo de 1% sobre o faturamento líquido.

Remuneração do pessoal chave da administração

A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

11 Débitos restituíveis

A Companhia, em dezembro de 2012, firmou com a Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. aditivo nº 01 ao contrato de compra e venda de gás natural importado celebrado em julho de 2002 (Contrato Convencional) e em complemento ao mesmo firmou na mesma data o Contrato firme de compra e venda de gás natural (Contrato firme inflexível). Ambos os contratos têm cláusulas prevendo quantidades mínimas a serem retiradas e transportadas. O não cumprimento dessas cláusulas enseja o pagamento de diferenças, as quais poderão ser convertidas em créditos. Esses créditos poderão ser utilizados caso a Companhia venha a consumir tais quantidades mínimas dentro da vigência do contrato ou, no caso de seu não aproveitamento, converter-se-ão em multa. Tais créditos encontram-se registrados conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Ativo não circulante – realizável a longo prazo		
Capacidade de transporte paga e não utilizada (Ship or Pay-SoP)	328	328
	328	328

12 Ativos fiscais diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos fiscais diferidos apresentam-se como segue:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	21.029	7.570	28.599
Diferenças temporárias do exercício	8.715	3.137	11.852
Diferenças temporárias-conta corrente/ativo regulatório	6.815	2.453	9.268
Realização de ativos diferidos por			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(8.484)	(3.054)	(11.538)
Realização prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(4.419)	(1.591)	(6.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	23.656	8.515	32.171
Diferenças temporárias do exercício	6.442	2.319	8.761
Diferenças temporárias - conta corrente/ativo regulatório	5.419	1.951	7.370
Realização de ativos diferidos por			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(5.883)	(2.118)	(8.001)
Realização prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(4.279)	(1.540)	(5.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	25.355	9.127	34.482

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2012	2011
2012		14.385
2013	14.437	12.857
2014	13.143	4.929
2015	6.902	
	34.482	32.171

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	59.021	59.021	54.806	54.806
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(14.755)	(5.312)	(13.702)	(4.933)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	6.717	2.418	6.192	2.229
Adições, líquidas	(246)	(89)	(223)	(80)
Incentivos fiscais	32		24	
Outros			48	17
	(8.252)	(2.983)	(7.661)	(2.767)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício de acordo com a demonstração do resultado:				
Do exercício	(9.952)	(3.594)	(10.287)	(3.713)
Diferidos	1.700	611	2.626	946
	(8.252)	(2.983)	(7.661)	(2.767)

13 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos	Servidão de passagem	Software	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	367.199	1.779	1.497	246.554	617.029
Aquisições			222	8.640	8.862
Alienações		(4)			(4)
Amortização	(18.912)	(73)	(580)	(11.189)	(30.754)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	348.287	1.702	1.139	244.005	595.133
Custo total	535.828	2.056	4.942	317.106	859.932
Amortização acumulada	(187.541)	(354)	(3.803)	(73.101)	(264.799)
Saldo contábil, líquido	348.287	1.702	1.139	244.005	595.133
Saldos em 1º de janeiro de 2012	348.287	1.702	1.139	244.005	595.133
Aquisições			323	15.759	16.082
Alienações				(7)	(7)
Amortização	(18.912)	(74)	(528)	(11.384)	(30.898)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	329.375	1.628	934	248.373	580.310
Custo total	535.828	2.056	5.265	332.858	876.007
Amortização acumulada	(206.453)	(428)	(4.331)	(84.485)	(295.697)
Saldo contábil, líquido	329.375	1.628	934	248.373	580.310
Taxas anuais de amortização (%)	3,5	3	20	11,2	

Como resultado da adoção e da interpretação do ICPC 01, a Companhia reclassificou para a rubrica “Intangível” referente aos bens vinculados a concessão que estão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no Contrato de Concessão, divulgado na Nota 2.10 (ii), sendo que esses montantes são compostos pelos seguintes ativos em 31 de dezembro de 2012:

	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil, líquido
Terrenos	35		35
Edificações e obras civis	62	(58)	4
Rede de gás	310.075	(78.472)	231.603
Máquinas e equipamentos	2.861	(2.664)	197
Equipamentos de informática - Hardware	2.276	(1.981)	295
Móveis e utensílios	640	(505)	135
Veículos	1.331	(662)	669
Benfeitorias em imóveis de terceiros	557	(143)	414
Obras em andamento (i)	15.021		15.021
	332.858	(84.485)	248.373

(i) “Obras em andamento” refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede dos municípios paulistas de Alumínio, Araçariçuama, Boituva, Cerquillo, Iperó, Itapetinga, Itu, Laranjal Paulista, Mairinque, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatuí e Votorantim.

14 Diferido

	Despesas pré-operacionais	Conversão - transformação de aparelhos	Instalações internas - captações	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	1.780	124	20.199	22.103
Amortização	(1.625)	(58)	(4.347)	(6.030)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	155	66	15.852	16.073
Custo total	15.727	575	44.461	60.763
Amortização acumulada	(15.572)	(509)	(28.609)	(44.690)
Saldo contábil, líquido	155	66	15.852	16.073
Saldos em 1º de janeiro de 2012	155	66	15.852	16.073
Amortização	(155)	(45)	(3.919)	(4.119)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		21	11.933	11.954
Custo total	15.727	575	44.461	60.763
Amortização acumulada	(15.727)	(554)	(32.528)	(48.809)
Saldo contábil, líquido		21	11.933	11.954
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

15 Empréstimos e financiamentos

	2012	2011
Financiamentos	11.602	18.972
Encargos provisionados sobre financiamentos	31	61
	11.633	19.033
Menos a parcela não circulante	(5.395)	(11.602)
Circulante	6.238	7.431

Os contratos em moeda nacional, denominados “financiamentos”, correspondem aos contratos junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para financiamento de:

- (i) Projeto de ampliação da rede de distribuição de gás nos municípios de Porto Feliz, Laranjal Paulista, Votorantim, Itu, Boituva e Iperó. Em garantia a esse financiamento foi concedida fiança bancária com custo de 0,6% ao ano. O saldo desse financiamento é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.
- (ii) Projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e possui como garantia, fiança bancária com custo de 0,9% ao ano. O saldo desse financiamento é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.

O montante não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2012	2011
2013		6.208
2014	2.589	2.589
2015	2.589	2.589
2016	217	216
	5.395	11.602

Os empréstimos e financiamentos são registrados aos valores próximos dos de mercado, tendo em vista as condições de juros e demais encargos financeiros contratuais de cada operação. Os valores contábeis dos empréstimos aproximam-se de seus valores justos.

16 Fornecedores

	2012	2011
Fornecedor de gás	33.271	38.386
Fornecedores de materiais e serviços	6.255	4.122
Retenções contratuais	1.165	776
	40.691	43.284

17 Tributos a pagar

	2012	2011
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	5.645	3.780
PIS – Programa de Integração Social	271	110
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.249	507
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	9	15
Outros	490	460
	7.664	4.872

18 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas (subsidiariamente às empreiteiras de serviços), cíveis e outros, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A avaliação da necessidade de provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos é efetuada pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais internos e externos. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 contemplam provisão para contingências, no montante de R\$ 2.769,00 (2011 – R\$ 2.478,00) para fazer face às perdas prováveis.

A provisão para contingências cobertas por depósitos judiciais é composta como segue:

	2012		2011
	Provisões	Depósitos	Líquido
Trabalhistas (a)	1.103	232	1.044
Cíveis (b)	1.898		1.434
	3.001	232	2.478

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue.

(a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se às ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2012	2011
Quantidade de ações movidas por ex-empregados terceiros	43	54
	43	54

Os contratos junto às empreiteiras de serviços possuem cláusulas determinando que essas demandas são suportadas exclusivamente pelas prestadoras de serviços. Adicionalmente, as seguintes garantias alternativas são exercidas: (i) pacto de retenção de 5% do valor máximo do contrato; e (ii) apresentação de seguro ou fiança bancária, por parte da contratada, para cobrir eventuais perdas.

(b) Cíveis

(i) Decorrentes de serviços prestados por terceiros a clientes da Companhia

As eventuais demandas são suportadas por cláusulas contratuais onde, havendo inércia injustificada na solução por parte das contratadas, a Companhia poderá efetuar a quitação financeira junto aos seus clientes e subsequentemente se ressarcir com redução nos pagamentos para as prestadoras de serviços.

(ii) Decorrentes de sinistros contra a Companhia

Em decorrência do contrato de concessão, é mantida apólice de seguros com cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos operacionais.

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Existem outros processos trabalhistas no montante de R\$ 203 em dezembro de 2012 (2011 - R\$ 377,00) sendo avaliados como risco de perda possível, para os quais não há necessidade de provisão neste momento.

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	2012	2011
Gas Natural SDG, S.A.	595.799.876	595.799.876
Gas Natural Serviços S.A.	1	1
	595.799.877	595.799.877

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Os titulares das ações têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Em Assembleia Geral Ordinária – AGO realizada em 29 de abril de 2011, os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social no montante de R\$ 30.082,00 com a utilização do saldo dos juros sobre capital próprio a pagar, sem emissão de novas ações.

No ano de 2012 não houve aumento de capital.

(b) Reservas legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

(c) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Até o ano de 2010 a Companhia constituiu reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em 2011, a Companhia investiu R\$ 8,6 milhões, sendo que 60% dos investimentos foram destinados à construção de infraestrutura de distribuição, e o restante, que soma cerca de R\$ 3,4 milhões, foi destinado à manutenção da rede e demais gastos operacionais da Companhia, já em 2012, a Companhia investiu R\$ 16,7 milhões, sendo que 87% dos investimentos foram destinados à construção de infraestrutura de distribuição, e o restante, que soma cerca de R\$ 2,2 milhões, foi destinado à manutenção da rede e demais gastos operacionais da Companhia. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, não foi constituída reserva de expansão em 31 de dezembro de 2012.

(d) Reserva de dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 34.048,00, sendo parte provenientes de juros sobre o capital próprio apurados em 2012, a ser deliberado pela assembleia geral de acionistas, o qual foi mantido em reserva de “Dividendo adicional proposto”, conforme disposto na interpretação ICPC 08.

20 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em conformidade com a Lei 9.249/95, a Administração da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2012, a mensuração de juros sobre o capital próprio, cuja destinação será deliberada pela AGO de acionistas a ocorrer em 2012, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 26.867,00, o que representará, após impostos (15% de imposto de renda – IR na fonte), juros líquidos no valor de R\$ 22.837,00 (2011 – R\$ 24.766,00, após impostos, juros líquidos de R\$ 21.052,00), correspondente a R\$ 0,0451 (2011 – R\$ 0,0416,00) por ação, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	47.786	44.378
Constituição da reserva legal	(2.389)	(2.219)
Base de cálculo dos dividendos	45.397	42.159
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	11.349	10.539
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório	11.349	10.539
Destinação a aprovar	34.048	31.620
	45.397	42.159

21 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2012	2011
Vendas brutas de produtos e serviços	637.376	538.495
Impostos incidentes sobre vendas	(131.174)	(110.742)
Devoluções, descontos e abatimentos	(3.655)	(8.114)
	502.547	419.639

22 Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.645	7.978
Outras receitas financeiras	759	613
	7.404	8.591
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.249)	(1.891)
Comissões e tarifas de cobrança	(59)	(45)
Fiança bancária	(1.116)	(1.344)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	(16)	(17)
Outras despesas financeiras	(66)	(75)
	(2.506)	(3.372)
Atualizações monetárias, líquidas		
Atualizações monetárias passivas	(164)	91
Atualizações monetárias ativas	5	122
	(159)	213
	4.739	5.432

23 Cobertura de seguros

A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e com base na orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas	
	2012	2011
Responsabilidade civil atribuída aos conselheiros, diretores e administradores	1.236	1.236
Responsabilidade civil atribuída à Companhia	16.990	16.990
Danos materiais	153.613	320.330
Lucros cessantes	56.167	177.104